

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL A PARTIR DE INTELLECTUAIS NA DÉCADA DE 1930: A FORMAÇÃO DA IDEIA DE EDUCAÇÃO

Alesson Ramon Rota¹

Elvis Patrik Katz²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade nacional a partir de intelectuais nos anos de 1930, quando ocorreram diversas mudanças no Brasil. No início desta década, Getúlio Vargas sobe ao poder por meio de um golpe militar, e suas atitudes puderam ser sentidas na conjuntura política da época, ao passo que as velhas oligarquias perderam espaço para uma burguesia mais dinâmica. Neste contexto, diversos intelectuais como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Roberto Simonsen debruçam-se sobre a História do Brasil, tentando compreendê-la e buscando encontrar as soluções para o desenvolvimento do País. Nas suas formulações, constroem interpretações que serão absorvidas posteriormente pelas estruturas culturais da nação, contribuindo, então, para a formação da identidade nacional.

Os anos de 1920 e 1930 foram tempos de repensar teoricamente o Brasil. Conforme relata Sadek foi um período de discussões político-ideológicas, ao contrário do que relatou a historiografia tradicional (1980, p.437). Nesse contexto, surgem vários intelectuais que procuram interpretar o Brasil oferecendo soluções para o mesmo. Nosso objetivo é traçar a ideia de educação a partir de alguns expoentes da década de 1930 como Sérgio Buarque, Caio Prado Jr, Roberto Cochrane Simonsen e Gilberto Freyre. Em 1930 o perfil dos intelectuais está voltado a compreensão do Brasil, para a demonização do liberalismo e o enaltecimento de personagens inspiradores como Alberto Torres.

E é justamente essa vontade dos intelectuais de oferecer um modelo de nação a ser adotado pelo Estado que gerou as discussões político-ideológicas. Aqui, também podemos perceber que a identidade nacional é uma construção intelectual. Mas devemos complementar, por meio da visão de José Carlos Reis, que a síntese feita a partir de vários intelectuais para a construção da identidade nacional, envolve um diálogo entre todos os pensadores. “A síntese

¹Universidade Federal do Rio Grande - FURG, CNPQ, Graduando em História Bacharelado, alessonramon@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Graduando em História Licenciatura, elviskatz@yahoo.com.br



seria um diálogo entre todas, que se esclarecem pelo reconhecimento e constatação recíprocos (REIS, 2007, p.13). Por isso, embora haja discordâncias nas discussões político-ideológicas, a construção da identidade é mútua.

No caso dos autores aqui analisados buscaremos compreender como eles entendem a ideia de educação sem se esquecer que eles estão procurando construir uma identidade, um modelo de Estado. Questionamos, então, qual a função da educação para o país? Como ela pode contribuir para o desenvolvimento da nação? E qual o melhor modelo a ser adotado? Cabe lembrar que durante os anos de 1930 houveram transformações nos espaços de ensino formal. A criação de Universidades no país, como a USP e a UDF³, incentivou a formação de professores e pesquisadores, embora a produção do conhecimento não fosse prioridade. Em abril de 1932 foi publicado o decreto nº 21.241 que reformava o ensino ginasial e secundário⁴. Podemos perceber que nesta década há ideias de princípios educacionais em voga, por isso é fundamental salientar sobre o que alguns cânones pensam sobre o assunto. Como já salientamos, nenhum dos autores escalados possuem trabalhos pedagógicos escritos neste contexto, mas buscaremos suas ideias de aprendizado na sua produção.

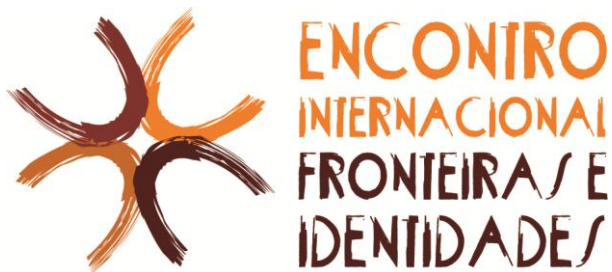
Entenderemos como conceito de educação tanto processos formais de ensino, como informais de aprendizagem. Os processos formais estão ligados as instituições, como Escolas e Faculdades. Já os informais são as diversas maneiras de aprendizado feitas no dia-a-dia, sem organização sistemática, mas com objetivo de transmitir ou preservar a cultura. Faremos a análise a partir da perspectiva *objetiva* dos autores, deixando o caráter subjetivo de lado devido ao desgaste que nós teríamos em percorrer as trajetórias de cada um destes pensadores, mas reconhecemos que essa pesquisa teria futuro. Dessa forma, levaremos em consideração os livros que eles produziram nos anos de 1930. São eles *Evolução Política do Brasil* (1933), *Casa Grande e Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *História Econômica do Brasil* (1937).

a) *Raízes do Brasil: a tragédia da família, o sucesso social e o bacharelismo*

Na narrativa *Raízes do Brasil* são confeccionadas problematizações desde a nossa origem até o presente. A economia, por exemplo, desde os seus primórdios foi marcada pela

³ Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/udf.htm> Acessado em 18/10/2014.

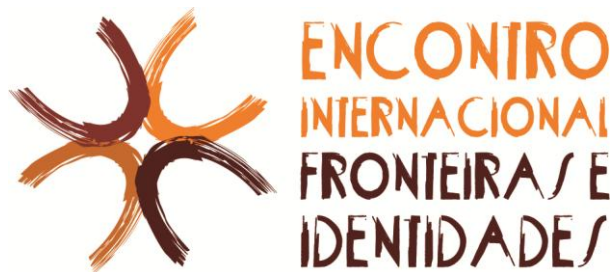
⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acessado em 18/10/2014



monocultura de exportação. Na visão do autor, o setor agrícola toma conta do país sem deixar espaços para outros meios de desenvolvimento. A mentalidade do português não ajuda, pois o que eles querem é pegar as riquezas sem fazer investimentos e voltar para Portugal. O Estado torna-se frouxo não havendo leis para todos, mas sim para alguns. Também não existem limites entre o público e o privado. Os laços afetivos do espaço privado, quando se repetem no público, transformam-se em atos de corrupção, tráfico de influências, fraudações etc. Para romper com essas práticas, o Estado deve ser uma oposição à família: ele deve desagregar o indivíduo do ambiente familiar. No entanto, o Brasil já apresenta melhoras estando em um processo de revolução lenta. A marca significativa da mudança é a libertação dos escravos que demonstra, apesar do imperialismo ainda existente, a derrota da campo para a cidade, isto é, do modelo agrário/latifundiário para o industrial. A mudança é lenta, mas pode ser melhor implantada se a revolução for vertical, ou seja, se os intelectuais da elite ganharem espaço e coordenarem o progresso. (HOLANDA, 1963). Foram essas características em S. B. Holanda que fizeram José Carlos Reis o classificar como um Redescobridor do Brasil (REIS, 2007, p.85-105). Isso significa dizer que o autor de *Raízes do Brasil* olha para a nossa história sem saudosismo. Ele vê uma geração que precisa repensar suas práticas naturalizadas através do tempo, mas acredita que o país irá melhorar conforme a mentalidade rural regrida e o processo de industrialização avança.

Durante as discussões que S. B. Holanda faz sobre o passado brasileiro podemos destacar claramente os momentos que ele exalta sua opinião sobre a ideia de educação. Para a construção do conceito de *Homem Cordial* o autor problematizou a relação entre público e privado. A invasão do privado no público começa pela *velha ordem familiar* que é danosa para a formação do cidadão. Para o autor, “a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica da vida na sociedade, fora da família” (HOLANDA, 1963, p.131). Ele entende que a educação familiar é danosa para o cidadão por não prepará-lo para a *vida prática*⁵. Mas se existe uma educação familiar ideal esta é fornecida por uma pedagogia da individualização que lhe de autonomia de escolha e de discordância em relação as escolhas

⁵ S. B. Holanda não deixou claro o que pode ser entendido como “vida prática”, mas levando em consideração a influência weberiana que recebe o subcapítulo “Pedagogia moderna e as virtudes antifamiliares”, entendemos como a educação para o trabalho.



dos pais. Por outro lado, Holanda reconhece que essa mesma individualização causada pela concorrência entre os cidadãos tem criado *virtudes antifamiliares*.

O problema educacional provem do ambiente privado, formado pelo patriarcalismo e pela família tradicional. Em oposição a isso existem vários casos de jovens que se libertaram da família para conseguirem o sucesso na vida, como Capistrano de Abreu. Dando voz a Joaquim Nabuco, S. B. Holanda afirma que “em nossa política e nossa sociedade (...) são os órfãos, os abandonados, que vencem a luta, sobem e governam”. (HOLANDA Apud NABUCO, 1963 p.134). Aqui o autor faz a anúnciação que a meritocracia deve orquestrar a burocracia por meio das disputas individuais. Contudo, o autor reconhece que este modelo de educação é um problema para o contexto de uma civilização capitalista, tendo em vista que em outros momentos históricos a educação funcionava, embora funcionasse sob pena de castigos corporais.

A educação familiar não difere público e privado, na visão do historiador aqui analisado. O patrimonialismo é a palavra utilizada para definir a execução de vontades privadas no ambiente público. As coisas públicas são gerenciadas da mesma forma que o patriarca faz na sua família. Temos aqui o conceito de funcionário patrimonial. Este absorve muitos dos métodos descritos por Max Weber como a racionalização e objetividade, mas ele nunca será um verdadeiro burocrata, que preza pela “especialização das funções e o esforço para assegurar garantias jurídicas aos cidadãos” (HOLANDA Apud Weber, 1963, p.135). Assim, a soma da família, do patrimonialismo e dos serviços públicos fazem do nepotismo o método de organizar da política no país.

Além de discussões que tangem a educação do ponto de vista social e familiar, há também reflexões sobre educação formal. De maneira geral S. B. Holanda não vê na escolarização uma solução para os problemas. Ao contrário de muitos pedagogos, que na sua época já enaltecem o ensino como maneira de transformar a sociedade, o autor diz que há “outros elementos fundamentais” (HOLANDA, 1963, p.166) que são muito mais influentes na sociedade do que o ensino, mesmo que não esclareça quais são esses elementos. Ele critica os processos formais de educação afirmando que a “alfabetização em massa não é a condição obrigatória nem sequer para o tipo de cultura técnica e capitalista” (HOLANDA, 1963, p.160).



A formação universitária não está fora das críticas de S. B. Holanda. Sua argumentação condena a postura da sociedade brasileira para com o bacharelismo. A formação de bacharel é vista como um elemento simbólico de aquisição de poder. Ser chamado de doutor extalta a personalidade individual e abre várias possibilidades de carreira política ou atividade liberal. Não é por acaso que o autor critica o fato dos bachareis não seguirem a profissão que cursam. São médicos que viram escritores, advogados que viram empresários e letrados que viram políticos. A mentalidade dos brasileiros é uma inteligência livre e solta, que se reconfigura aos *sabor do vento*. “Tudo que dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as ideias claras, lucidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos construir a verdadeira essência da sabedoria” (HOLANDA, 1963, p.150).

Da mesma forma é descrito o *amor bizantino aos livros*. Os brasileiros veem neles um objeto simbólico de poder. Os livros pacem um “penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, assim como o anel de grau ou a carta de bacharel” (HOLANDA, 1963, p.157). Os leitores daqui estavam mais preocupados com a parte física do livro do que com seu conteúdo. Não se tratava do gosto pela leitura, mas apenas uma preocupação com o que o objeto representa. Mas é claro que S. B. Holanda não dedica essa análise a todos os brasileiros, pois a grande maioria são analfabetos. É para uma elite que supostamente possuía um *espírito aristocrático*. Eles citam frases sem contexto e deturpam os livros, mas o fazem sob uma cultura de educação. Afirmam que *o verdadeiro talento há de ser exotâneo*, estando na linhagem sanguínea, mas se esquecem que o *sangue azul* da aristocracia não corre em suas veias. Trata-se de uma elite que se constitui externamente, através de símbolos, mas que possui um vazio no seu interior. Essa elite tem “uma concepção de mundo que procura simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios preguiçosos” (HOLANDA, 1963, p.159). Dessa forma, organizam o país por meio de jurisdições que nada tem haver com a realidade.

Podemos perceber que o autor faz distinções entre três formas de educação: a familiar, a social e a formal. A familiar tem se apresentado uma tragédia por não distinguir a diferença entre público e privado; a educação por meio do convívio social pode regenerar os males da educação familiar, mas isso só tem acontecido nas cidades; já a educação formal não tem muito a oferecer ao país, a não ser bachareis que não exercem a profissão. Em suma, S. B.



Holanda tem uma visão pessimista em relação aos processos de ensino, englobando tanto o ensino formal como informal. O autor só é otimista com relação aos outros processos como o avanço da industrialização, em detrimento do apego a terra. Assim, o vies que conduzirá o país a uma nação bem estruturada se dará no plano econômico e social. Talvez esses sejam os elementos mais significativos mencionados por S. B. Holanda: a partir de um viés materialista ele compreende a evolução econômica do país como fundante no seu desenvolvimento *a posteriori*.

b) Uma educação política através da História econômica do Brasil

Nessa obra, Roberto C. Simonsen, expõem o processo de desenvolvimento econômico do Brasil desde a colonização portuguesa até os primórdios do Primeiro Reinado. São esclarecidas as peculiaridades de cada ciclo econômico, levando em consideração o espaço geográfico, a mão de obra, a organização social e os interesses envolvidos. Os interesses que movem os negócios são temas recorrentes durante o livro, não por serem mais importantes que outros fatores, mas sim porque a política, meio pelo qual se modera as opiniões, dava sinais de quando começa ou acaba um ciclo econômico. Simonsen vê muitos problemas no passado colônial como a falta de tecnologia, o pouco investimento e a ausência de uma intelectualidade dinamizadora dos processos econômicos. Assim, o passado colônial é um capítulo da nossa história que precisa ser superado.

A ordenação dos capítulos, o tempo cronológico e o avanço lento em direção ao presente são características que nos permitem encher o livro como um manual de história econômica e política. Entendemos que, devido o Brasil carecer de intelectuais que podiam ter pensado os processos econômicos durante sua história, Roberto C. Simonsen vê na compreensão da política uma maneira de melhorar o país. Por isso é necessário uma educação política.

Nossa tese da qual *História econômica do Brasil* é um manual de história econômica e política encontra mais um amparo no prefácio do livro escrito por Afrânio Peixoto:

O que é preciso é educação, educação política. Roberto Simonsen partiu daí para, agregando outros iguais, criar a nossa primeira Escola de Sociologia e Política, escola livre, importados professores ingleses e norte-americanos, para se reunirem a nacionais, tentando uma “elite” que, de São Paulo, daria exemplo ao Brasil. Que acertou, se viu logo: nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, escolas superiores de economia política e ciências econômicas vieram de seguida. Uma matéria porém era inédita, virgem, original: era a História Econômica do Brasil... Quem a versaria? Como



todos se escusassem, e ele, grande industrial e perito financeiro, houvesse o mais – conhecimentos econômicos indispensáveis – lançou-se ao menos, que devia ser a história “econômica” do Brasil (Peixoto, 2005, p.23-24).

Vemos, portanto, que a obra foi escrita para ser um material lecionável, sendo utilizado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Se para Simonsen é necessário educação política, conforme descreveu Peixoto, nossas fontes não nos deixam saber o quanto ele acreditava nisso.

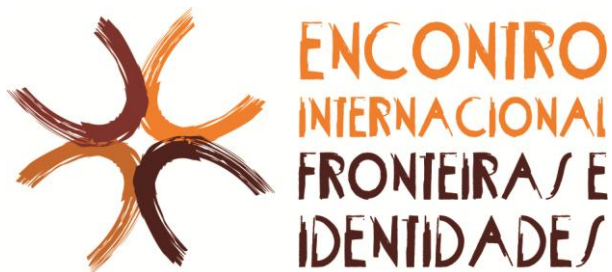
c) *A impossibilidade educativa reflete a pobreza material: Evolução Política do Brasil;*

Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Junior, é uma obra de grande interesse para a construção da identidade nacional brasileira. Com sua linguagem que denuncia as desigualdades históricas do país, ele coloca o passado como uma série de ações humanas objetivas, sendo assim, situa o presente como o local possível de mudança, o que sugere um futuro mais próspero. Mesmo sendo um manual de evolução política, Prado escreve a história brasileira como as transformações econômicas ocorridas, discutindo a real importância dos sistemas políticos.

De modo bem característico é possível visualizar em *Evolução Política do Brasil* um tom eurocêntrico na construção do conhecimento. A cultura intelectual, para o autor, definiu-se como a cultura da elite brasileira, notadamente influenciada pela filosofia francesa do século XVIII. Ao contrário, a maioria da população do Brasil, expropriada de seus recursos econômicos pela elite, vive de costumes “simples ao extremo, de uma frugalidade exemplar” (PRADO, 1933, p.94). Nesse sentido, as opressões econômicas ou sociais são diretamente refletidas no campo da educação e da cultura, empobrecida sem os recursos materiais mínimos. A pobreza da população em geral, dos nativos e dos escravos não lhes permite o acesso à cultura, excluindo esses grupos das frentes intelectualmente superiores da sociedade brasileira.

Quando detem-se sobre a cultura africana/afro-brasileira, Caio Prado Junior reforça a deficiência intelectual desses povos, que por vezes:

...além de seu baixo nível intelectual — grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie de que provinha — eram divididos por profundas rivalidades tribais do seu habitat de origem; muitas vezes nem ao menos falavam o mesmo idioma. (PRADO, 1933, p.67)



Nesse trecho vemos que a medida de intelectualidade para o autor não é de modo algum relativizada aos povos que menciona, estando, portanto, em um local fixo, o da Europa. Em contrapartida, *Evolução Política do Brasil* questiona as benesses oferecidas pelos europeus aos indígenas, que preferiam viver nas matas à suportar a cultura europeia (PRADO, 1933, p.24). Sobre os jesuítas, principais aculturadores dos povos originais, ressalta-se que “eles que formam na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais” (PRADO, 1933, p.24). Evidenciando o núcleo de poder europeu, Prado reconhece que a ação dos jesuítas representa o início da dominação de um povo sobre o outro; a dominação econômica, portanto, é precedida por uma dominação cultural.

d) *Casa Grande & Senzala: o discurso histórico como ferramenta para um argumento conciliador;*

A obra inaugural de Gilberto Freyre intitulada *Casa Grande & Senzala* foi durante do século XX e início dos anos 2000 uma fonte de fervorosas discussões. Sua publicação causou grande impacto na época dado sua capacidade de responder as perguntas de uma sociedade desejosa de uma identidade nacional (GAHYVA, 2010, p.246). Nesse sentido, essa pequena interpretação que segue tem por função elencar alguns pontos da ideia de educação presente na obra freyreana em questão. Em sua obra, Freyre adota um discurso ambíguo, mas não contraditório, vejamos: de maneira geral, podemos compreender o discurso do autor como progressista na medida em que enfatiza a contribuição de grupos subalternos na formação social brasileira; essa noção é revolucionária tendo em vista os debates da época que tendiam a encher os problemas do país como resultado da miscigenação. Freyre rompe com essa posição ao adotar postura conciliadora, afirmando a miscigenação como algo positivo e relegando parte do problema social ao clima dos trópicos. Contudo, a dupla posição da obra é entendida na medida em que evidencia-se no texto um aspecto mais conservador na questão política, justificando algumas das práticas dos grupos dominantes na História do Brasil. Essa segunda opinião é facilmente explicada pelo contexto da época, já mencionado (GAHYVA, 2010, p.248).

No aspecto singular da obra que nos interessa podem-se observar três grandes temas gerais sobre a educação na formação do Brasil. Os atores dessas frentes são os indígenas, os jesuítas e os negros. A miscigenação é o elemento catalizador dessa reação entre esses grupos;



cada um deles, do seu modo, contribuiu para que o Brasil seja o que é através de suas distintas maneiras de ensinar e serem ensinados.

Os indígenas são vistos como construtores de cultura e, apesar de primitivos, tem sua forma específica de transmitir suas tradições e conhecimentos para seus descendentes:

Aí se iniciava ele nos mistérios mais sutis da técnica de construção, da caça, da pesca, da guerra, do canto, da música; em tudo que de magia e de religião tocasse ao leigo aprender. Aí, ao contato dos mais velhos, ele se impregnava das tradições da tribo. Era um processo rápido mas intenso de educação, a doutrinação e o ensino agindo sobre verdes noviços em estado de extrema sensibilidade, conseguida a poder de jejuns, vigílias e privações. (FREYRE, 1933, p.104)

Freyre concorda com um sistema forte de ensino entre os selvagens, capaz de educar sem necessidade de castigo por parte dos pais. Essa ausência poderia ser compensada por uma forte disciplina. Contudo, eles espancavam-se ou flagelavam-se com fins pedagógicos ou de espírito. Da explicação progressista ele, então, transita para o conservadorismo, na medida em que naturaliza nos povos locais um costume trazido pelos missionários: o da penitência. Ele argumenta que os primitivos tinham “gosto” (FREYRE, 1999, p.104) por cumprir essas tarefas dadas pelos jesuítas com base nas tradições desses povos originários. Quando refere-se de modo mais objetivo ao modo pelo qual as heranças indígenas estão presentes na cultura brasileira, Gilberto apresenta o índio “com função quase criadora, ou pelo menos transmutadora” (FREYRE, 1999, p.99), isso quando não ocorre a “pura transmissão dos valores ou conhecimentos de uma cultura à outra - da nativa à adventícia” (FREYRE, 1999, p.99).

Depois do indígena, *Casa Grande & Senzala* debruça-se sobre o sistema de ensino jesuítico. Nesse aspecto, Freyre também transita entre explicações progressistas e conservadores com relação a sua época. Em primeiro lugar o autor reforça que apesar de “seu sistema uniforme de educação e de moral” (FREYRE, 1999, p.45) o trabalho desses missionários estava fadado ao fracasso num “organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII” (FREYRE, 1999, p.45). Nem eles, os jesuítas, respeitavam como catequistas e missionários aquilo que pregavam como educadores; “o clima amolecedor” (FREYRE, 1999, p.34) dos trópicos os impedia de civilizar as pobres almas. O ambiente nos colégios de padres é descrito pelo autor:



Ler, contar, escrever, soletrar, rezar em latim. Em tais exercícios se revelariam os indígenas sem gosto nenhum de aprender; sendo fácil de imaginar a tristeza que deve ter sido para eles o estudo nos colégios dos padres. Tristeza apenas suavizada pelas lições de canto e música; pela representação de milagres e de autos religiosos; pela aprendizagem de um ou outro ofício manual. (FREYRE, 1933, p.109)

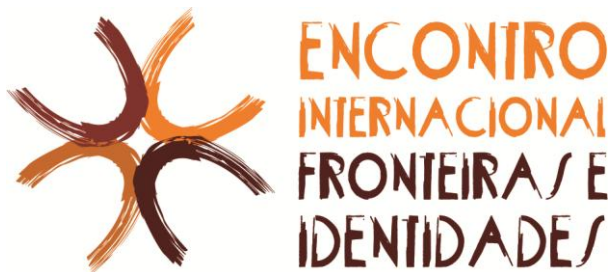
Mesmo que o objetivo jesuítico fosse inverso, Freyre destaca que nesses colégios é que a influência indígena nos brasileiros foi mais visível. Nos pátios desses locais é que os jovens ensivam uns aos outros seus costumes e tradições. O autor chamou de um “processo de co-educação das duas raças” (FREYRE, 1999, p.112) esse momento de mistura entre as duas culturas.

O último dos personagens que compuseram a sociedade brasileira foi o negro africano escravizado. Essa figura é vista, primeiramente como um ser de educação deficiente, com seus vícios e práticas imorais. Dando voz as suas fontes, Freyre relata a má influência dos escravos para os filhos dos fazendeiros, assim como a falta de educação religiosa presente nos cativos (FREYRE, 1999, p.174-208). O autor ainda alerta que a miscigenação cultural se deve ao fato de que os filhos dos donos de engenho acabavam criados pelas próprias escravas (Cf. FREYRE, p.224). Entre os adultos, o problema era refletido ainda na linguagem, incorporada por brasileiros e portugueses dos idiomas africanos.

Num tom de valorização, Freyre deixa bem evidente tanto em relação aos africanos, como em relação aos povos indígenas que a postura a se tomar é de conciliação. Apesar da exploração exercida pelos europeus e das deficiências dos subalternos devido ao clima amolecedor, as diferenças devem ser aceitas. Se o problema está nos vícios ou no clima, pode-se supor que Freyre acredita em algum ponto com a educação, mesmo que isso não esteja claro em seu discurso. As evidências no texto apontam que, para o autor, a possibilidade de transmissão e miscigenação da cultura é real e foi comprovada pela experiência histórica.

Considerações Finais

A nossa pesquisa procurou evidenciar como alguns dos principais autores da historiografia brasileiro pensam a ideia de educação nos anos de 1930. Apesar de nenhum possuir obras específicas sobre o temas procuramos investigar a partir das suas produções a



época. Vimos que cada autor possui suas peculiaridades. Sérgio Buarque de Holanda observa que o ambiente privado não tem sido favorável a educação, mas também no ambiente público o bacharelismo tem se revelado um contratempo. Roberto C. Simonsen possui menos reflexões sobre o assunto, mas é ingevável a sua pretensão em compreender a história econômica do Brasil como um mecanismo de educação política. Caio Prado Júnior argumenta que as condições econômicas brasileiras impossibilitam a educação, que sendo pobre materialmente, também o será culturalmente. Gilberto Freyre assume a educação enquanto interação de culturas, é baseado nisso que ele sustentara a miscigenação de tradições no Brasil, vista de forma positiva e até exagerada quando ignora as opressões e os conflitos entre os diferentes grupos. O relevante para os próximos passos da pesquisa é perceber que essas ideias ecoaram de alguma maneira nas décadas seguintes devido a influência destes autores, dado que agora temos um pequeno panorama sobre a visão da ideia de educação de cada um.

Referências Bibliográficas

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GAHYVA, Helga. *Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre*. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 4ª Edição. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1963.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 21ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SADEK, Maria Tereza Aina. *A Questão Ideológica na década de 1930*. IN: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: ERUS, 1983.

SIMONSEN, C. ROBERTO. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 4ªed. Brasília –DF: Edições do Senado Federal, 2005.